

O EZLN e a construção de uma autonomia indígena zapatista

The EZLN and the construction of a zapatista indigenous autonomy



PINTO, Marcelo Felício Martins *

RESUMO: Diante dos graves problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pelo México, este país viu surgir, na década de 1990, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os rebeldes defendiam, sobretudo, as causas indígenas, reivindicavam o fim da hegemonia política do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e lutavam contra o neoliberalismo. Ao mesmo tempo, afastando-se do cenário político institucional mexicano, o EZLN auxiliou diversas comunidades indígenas da região da Selva Lacandona, em Chiapas, a se organizarem de modo com que estas conseguissem se autogovernar, independente do Estado. Neste sentido, o presente trabalho pretende analisar a experiência de autogoverno indígena zapatista, através dos municípios autônomos, dos *Aguascalientes* e dos *Caracoles* localizados na região da Selva Lacandona, em Chiapas.

PALAVRAS-CHAVE: EZLN; autonomia; MAREZ; democracia; indígenas.

ABSTRACT: Faced with the serious economic, social and political problems faced by Mexico, this country saw the Zapatista National Liberation Army (EZLN) appear in the 1990s). The rebels defended, above all, the indigenous causes, claimed the end of the political hegemony of the Institutional Revolutionary Party (PRI) and fought against neoliberalism. At the same time, moving away from the Mexican institutional political scene, EZLN assisted several indigenous communities in the Region of Selva Lacandona, Chiapas, to organize themselves so that they could self-govern themselves, regardless of the state. In this sense, the present work intends to analyze the experience of zapatista indigenous self-government, through the autonomous municipalities, *Aguascalientes* and *Caracoles* located in the Region of Selva Lacandona, in Chiapas.

KEYWORDS: EZLN; autonomy; MAREZ; democracy; indigenous.

Recebido em: 29/02/2020

Aprovado em: 11/05/2020

* Licenciado e Bacharel em História pela UFV, Viçosa, MG. Especialista em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela UEM, Maringá, PR; e em História e Cultura no Brasil Contemporâneo UFJF - Juiz de Fora, MG. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG. Professor da Rede Pública do Estado de Minas Gerais. E-mail: marcelofeliciomartins@hotmail.com. Este artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas ao longo da graduação cursada na UFV e da especialização concluída na UEM. Meus sinceros agradecimentos às professoras Priscila Ribeiro Dorella (UFV) e Natally Vieira Dias (UEM), que me orientaram nesse processo.

Introdução

Em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional protagonizou um levante que procurava defender as parcelas marginalizadas do México (sobretudo os grupos indígenas), reivindicava o fim da hegemonia do Partido Revolucionário Institucional, o fim do Tratado de Livre Comércio da América do Norte e propunha melhorias nas condições socioeconômicas de diversos grupos sociais mexicanos. Os insurgentes tomaram o poder de algumas cidades chiapanecas, formando os territórios autônomos zapatistas.

A partir deste mesmo ano, os insurgentes começaram a se afastar gradativamente do cenário político institucional do México, ao mesmo tempo em que fortaleciam as comunidades autônomas zapatistas na região da Selva Lacandona, em Chiapas. Isto culminou, em 2003, nos *Caracoles* e nas Juntas de Bom Governo, grupo de membros eleitos democraticamente nas comunidades zapatistas para administrá-las, reafirmando a ideologia adotada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional: para que a democracia fosse de fato legítima, a sociedade civil deveria ser a principal personagem do cenário político, e não os governantes.

Contrapunham-se, assim, à política neoliberal e globalizante colocada em prática pelo governo mexicano (principalmente após a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte), tendo em vista que a instituição dos municípios autônomos teria o intuito de permitir às comunidades chiapanecas, sobretudo aos grupos indígenas, gerenciarem suas próprias demandas sociais, políticas e econômicas.

Constata-se que o distanciamento entre o EZLN e a política institucional mexicana se relaciona diretamente à perda de credibilidade de parte das instituições democráticas na América Latina, especialmente no que diz respeito aos partidos políticos. Neste sentido, é possível perceber que o apartidarismo do Exército Zapatista de Libertação Nacional e o progressivo fortalecimento das comunidades autônomas zapatistas - com a consequente formação de uma dinâmica democrática própria - são fatores interligados.

Deste modo, através das análises dos comunicados zapatistas disseminados entre 1994 e 2005 (principalmente as chamadas Declarações da Selva Lacandona), este trabalho busca compreender o funcionamento dos municípios autônomos zapatistas, emblemáticos no que se refere às novas práticas políticas e às novas formas de exercício da democracia presentes na atualidade.

A pesquisa se baseou na análise dos pronunciamentos zapatistas entre 1994 (ano do início do levante) e 2005 (quando foi divulgada a Sexta e última Declaração da Selva Lacandona), disponíveis no site do movimento, bem como em ampla bibliografia existente acerca deste tema.

Panoramas sociopolítico e econômico do México no início da década de 1990

O México enfrentava conturbados cenários social, econômico e político no início da década de 1990. Segundo os pesquisadores Fernando Cortéz e Orlandina de Oliveira (2010), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) inseriu o país no grupo de nações com maiores índices de desigualdade social do mundo, conjunto formado por Nicarágua, Paraguai, Chile, Guatemala e Argentina. Dados coletados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mencionados por Clara Jusidiman (2009), confirmam isso: a renda média, por domicílio, de 10% da população mais ricos do México era cerca de trinta e cinco vezes maior que a renda média, por domicílio, de 10% mais pobres.

Os índices de disparidade social no México se agravavam ainda mais quando eram analisadas as condições de vida dos povos indígenas, que correspondiam, em 2005, a 9,54% da população do país. Segundo Federico Navarrete Linares (2008), 23,9% da população indígena mexicana entre 15 e 64 anos (cerca de 1.351.897 pessoas) eram analfabetos, enquanto apenas 7,6% da população nacional se encontravam nas mesmas condições. Tal déficit educacional se refletia nas condições socioeconômicas desta parcela da sociedade mexicana: de acordo com os dados analisados pelo autor sobre o ano 2000, 53,5% da população indígena ocupada recebiam menos de dois salários mínimos mensalmente, ao mesmo tempo em que 23,4% dos indígenas não recebiam nenhum rendimento. Em Chiapas, dos 716.012 indígenas, cerca de 26,4% da população do estado (dados de 1990), somente 45,6% eram alfabetizados, contrastando com os 69,6% não-indígenas na mesma situação (INEGI, 2001).

É fundamental compreender que as relações políticas entre o Estado e as comunidades indígenas não eram amistosas, na maior parte das vezes, o que fomentava o anseio por autonomia. Federico Navarrete Linares (2008) afirma que, ao longo do século XX, os governantes mexicanos se utilizaram de vários instrumentos estatais, entre os quais encontrava-se o Instituto Nacional Indígena (INI), criado em 1948, com o objetivo de asfixiar muitos dos valores tradicionais indígenas em prol da construção de uma cultura nacional, de uma cultura mestiça. Para o autor, tal atitude teria dificultado o acesso à educação por parte das comunidades indígenas, uma vez que o espanhol era a língua utilizada no sistema de ensino-aprendizagem, em detrimento dos idiomas indígenas, inviabilizando a existência de um sistema educacional verdadeiramente eficaz, tendo como consequência a marginalização socioeconômica desta parcela da população.

Tal panorama problemático alimentava anseio por autonomia nas comunidades indígenas mexicanas. Nessa mesma perspectiva, Cassio Brancaleone afirma que

[...] a consciência da situação de profunda marginalização sob a qual estavam (e ainda estão) submetidas estas populações, assim como a constante ameaça aos seus territórios e modos de vida, deve ser tomada em conta para a compreensão do conteúdo e forma de suas reivindicações. Assim, as demandas progressivamente passaram a incorporar a ideia não apenas de ter acesso aos benefícios materiais daquilo que é socialmente produzido em seus países (em especial, as riquezas produzidas a partir da exploração dos recursos naturais das regiões onde eles habitam), mas também requerer o *controle das condições sociais, econômicas e políticas de sua reprodução como comunidade étnica*, mediante a retomada da gestão territorial e tudo que isso signifique em termos da realização social de autogovernos.

Podemos considerar então que, nos fins dos anos 1980, a luta pela autonomia passou a ser uma das principais bandeiras das mobilizações indígenas em nível continental. (BRANCALEONE, 2015, p. 227, grifo do autor).

As desigualdades regionais também eram alarmantes. Carlos Vilalta (2010) afirma que, em 1993, enquanto o estado de Chiapas, localizado no sul do país, possuía uma renda *per capita* de 6.169 pesos mexicanos, o Distrito Federal contava com uma renda *per capita* de 32.773 pesos. Ademais, Nora Claudia Lustig e Miguel Székely (1997) constatam que, até a década de 1970, apenas 9% dos nascimentos em Chiapas recebiam atenção médica, contrastando com os 70% de nascimentos na mesma situação no estado de Nuevo León e no Distrito Federal. As taxas de analfabetismo no território chiapaneco, referentes às pessoas maiores de quinze anos também eram altas, sendo quatro vezes maior que os índices de analfabetismo em Nuevo León.

O panorama político mexicano era igualmente caótico. As instituições democráticas do país ainda eram muito frágeis, o que dificultava a existência de um cenário eleitoral realmente competitivo. Como consequência, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) conseguiu manter-se no poder presidencial por setenta e um anos (1929-2000) utilizando-se, muitas vezes, de fraudes eleitorais e cooptação de servidores públicos. Sobre a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional, Enrique Krauze afirma que não existia no México dos anos 1990 “[...] um verdadeiro regime republicano, representativo, democrático, federal como o que anuncia a Constituição, mas sim uma espécie de monarquia absoluta e centralista com roupagens republicanas.” (KRAUZE, 1994, p. 10).

Manuel Castells (2008) constata que Carlos Salinas, enquanto presidente do México (1988-1994), reduziu o salário dos trabalhadores mexicanos, diminuindo conseqüentemente as condições socioeconômicas de grande parte da população. Segundo Asa Cristina Laurell, apesar das diversas mobilizações populares motivadas pelos problemas sociais enfrentados pelo México e pela fragilidade das instituições

democráticas do país, o governo priista negava-se a atender grande parte das reivindicações da sociedade. Nesse sentido, “[...] o governo rompe o pacto social ao deixar de incorporar a representação subordinada dos interesses populares.” (LAURREL, 1991).

Além disso, o México passava por uma grave crise econômica desde a década de 1980. De acordo com o site *Trading Economics*¹, o país possuía uma dívida pública, em 1990, que correspondia a 37,2% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Tal panorama era consequência da queda dos preços do petróleo nas décadas anteriores². De acordo com Orion Siufi Noda,

[...] a enorme dívida contraída somada à repentina fuga de capitais desestabilizou a economia mexicana. Em agosto de 1982, o país declarou a moratória da dívida e, objetivando conseguir um empréstimo no Fundo Monetário Internacional (FMI), foi coagido a fazer concessões, como redução drástica dos gastos públicos e serviços governamentais. A partir de então, o México passou por um período delicado, com a estagnação da economia nos anos 1980 e um lento processo de recuperação. (NODA, 2014).

Nesse sentido, desde meados da década de 1980, o governo mexicano iniciou uma série de reformas econômicas visando solucionar a crise instaurada, por meio da diminuição dos gastos públicos, da liberalização da economia e da diminuição do papel do Estado no cenário econômico do país. Deste modo, o México tornou-se uma das economias mais abertas do mundo, firmando, em 1994, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) com os Estados Unidos e o Canadá. O NAFTA afetou diretamente as comunidades indígenas mexicanas, uma vez que, para a inserção no acordo, o México deveria extinguir as terras comunais indígenas, os *ejidos*, asseguradas na Constituição dos Estados Unidos Mexicanos desde 1917, transformando-as em mercadoria. Isso impactou profundamente as comunidades indígenas, uma vez que grande parte de seus rendimentos era proveniente da agricultura familiar, sobretudo do cultivo de milho. Ademais, a mercantilização dos *ejidos* transformaria radicalmente o modo de vida dessas comunidades, uma vez que, de acordo com Federico Navarrete,

1 O *Trading Economics* foi fundado em 2008 por Anna Fedec (mestre em Economia e Relações Internacionais) e Antônio Souza (possui MBA em Finanças e em Economia) e tem como objetivo oferecer aos usuários informações para 196 países, incluindo números para mais de 30.000 indicadores econômicos, taxas de câmbio, índices do mercado de ações, rendimentos dos títulos de governo e preços de mercadorias. Informações retiradas do site www.TradingEconomics.com. Acesso em 6 abr. de 2015.

2 De acordo com Orion Siufi Noda (2014), nos últimos anos da década de 1970, o então presidente da república José Lopez Portillo recorreu a empréstimos internacionais para explorar recém-descobertas jazidas petrolíferas no país, cujos rendimentos seriam injetados na economia mexicana e destinados para programas sociais e para o desenvolvimento industrial. Contudo, os preços do petróleo, outrora elevados, caíram muito, o que fez com que o México adquirisse uma dívida externa no valor aproximado de 85 bilhões de dólares.

[...] existem povos, como o *tzotzil* de Chiapas, que creem que seus antepassados vivem nas montanhas que rodeiam suas comunidades, desde onde protegem e vigiam seus descendentes. Outros povos concebem seu território como uma herança recebida dos antepassados que o conseguiram e o defenderiam e também como um legado que deverão deixar a seus descendentes [...]. Por todas essas razões, para as comunidades indígenas o território não é somente um cenário vazio onde vivem e produzem nem uma natureza outra que devem dominar e transformar, muito menos uma mercadoria que possa ser vendida ou comprada, mas sim constitui uma parte essencial da sua história, sua identidade e sua própria vida, um elemento essencial e inalienável de sua comunidade. (NAVARRETE LINARES, 2008, p. 52).

Além disso, até 1991, segundo Cassio Brancaleone, grande parte 245 mil *ejidos* criados no estado de Chiapas estava localizada em solos pouco férteis para as produções agrícolas. Ao mesmo tempo, apenas 57.695 unidades de produção rural abrangiam cerca de 1.839.005,985 hectares, enquanto as 245.576 propriedades *ejidales* correspondiam a apenas 241.267,523 hectares. Tais dados demonstram a concentração fundiária em Chiapas, tendo em vista que “[...] quase metade das áreas agricultáveis do estado estava em mãos de pouco mais de 6 mil famílias de proprietários privados.” (BRANCALEONE, 2015, p. 232).

Por outro lado, é importante destacar que os grupos indígenas de Chiapas se encontravam mobilizados contra sua situação de marginalização sociopolítica pelo menos desde a década de 1970. Igor Luis Andreo (2010) afirma que missionários católicos adeptos da Teologia da Libertação estiveram em contato com as comunidades indígenas chiapanecas, incentivando o engajamento sociopolítico desta parcela da população contra a opressão política e econômica exercida pelo Estado e pelos capitais nacional e estrangeiro. Segundo o autor, Samuel Ruiz Garcia, bispo de San Cristóbal de Las Casas, fomentou o desenvolvimento da chamada “catequese do êxodo”, na qual as passagens bíblicas que relatavam a fuga dos escravos hebreus do Egito eram associadas às condições de marginalização social enfrentada pela etnia *tzeltal*, que havia migrado para a região da Selva Lacandona, bem como conscientizavam os indígenas envolvidos com os teólogos da libertação sobre a necessidade de assumirem o protagonismo na luta contra o sistema político e econômico repressor. Neste sentido,

[...] foi realizado um paralelo entre a caminhada efetuada pelo povo judeu para escapar da escravidão e a migração do “povo *Tzeltal*” até a *Selva Lacandona*, rumo à libertação de sua situação de opressão. O título dado à catequese do Êxodo é revelador: “*Los tzeltales de la selva anuncian la buena nueva*”, ou seja, eles anunciam e não recebem, se apresentam como sujeitos ativos da pregação do evangelho. Outra questão relevante é a busca de Deus não apenas através da palavra escrita da Bíblia, mas também da vida da própria comunidade. Juntos, a Bíblia e a comunidade revelam a boa nova, isto é, a vontade de Deus para que os *tzeltales* se (auto) libertem de qualquer forma de opressão e caminhem – como os judeus caminharam – para construir um povo novo em uma nova terra, onde haja justiça. (ANDREO, 2010, p. 90).

Em 1974, a Igreja Católica, juntamente com o governo de Chiapas, organizou o Primeiro Congresso Indígena em San Cristobal de las Casas. Embora as autoridades governamentais tivessem tentado impedir a existência de discussões de cunho político no evento, Cassio Brancaleone e Igor Luis Andreo constatam que ao fim do Congresso foi elaborado um documento no qual constavam denúncias contra as invasões de terras pertencentes às comunidades indígenas protagonizadas por *rancheros* e *finqueros*, bem como reivindicações sobre maior acesso dos grupos indígenas a melhores condições de trabalho, de educação, a execução da reforma agrária e o respeito às suas tradições. Neste sentido, o Congresso foi “[...] um marco fundamental para analisarmos aspectos do longo processo de recomposição comunitária e étnica das populações indígenas, assim como a reemergência de seu protagonismo como ator político e social organizado na região.” (BRANCALEONE, 2015, p. 257).

Ao mesmo tempo, Antônio Carlos Amador Gil (2011) afirma que rebeldes pertencentes à Força de Liberação Nacional (FLN), fundada em 1969, de orientação revolucionária cubana, instalaram-se, na década de 1980, na região da Selva Lacandona. Sobre a FLN, Alexandre Peixoto Faria Nogueira afirma que esta organização possuía raízes no extinto Exército Insurgente Mexicano, e que seus objetivos,

[...] a longo prazo, eram derrotar política e militarmente a burguesia e estabelecer um sistema socialista que, mediante a propriedade social dos meios de produção, suprimisse a exploração do homem pelo homem. A curto prazo, o objetivo era integrar as lutas do proletariado urbano à dos camponeses e indígenas e formar o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). (NOGUEIRA, s/d, p. 15).

Neste sentido, é factível a presença de influências revolucionárias latino-americanas nas ações e ideologias do EZLN, sobretudo no que diz respeito às táticas de luta guerrilheira. Tais perspectivas também estavam presentes nas ideias e ações colocadas em prática pelo Subcomandante Marcos, principal porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em especial quando se investiga suas ligações com os revolucionários cubanos. Segundo Enrique Krauze (2011),

[...] um importante funcionário cubano, após conhecê-lo [Marcos] em Havana em 1982, observou que “este é um novo Che”. Na verdade, quando chegou à Selva Lacandona, em 1983, [Rafael] Guillén (que provavelmente já tinha adotado o nome de Marcos em homenagem ao guerrilheiro caído em batalha que lhe havia ensinado a história mexicana) usava a boina do Che, fumava um cachimbo, disse aos índios que era médico e distribuía remédios. Sua inspiração em Guevara foi além do mimetismo, era a própria essência do movimento guerrilheiro que ele fundou em Chiapas. (KRAUZE 2011, p. 511).

Diante do que foi exposto, é possível compreender o conturbado México da década de 1990, cujos problemas sociais, políticos e econômicos foram se agravando, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Neste sentido, as desigualdades sociais, a marginalização dos grupos indígenas e as crises política e econômica fomentaram as ações de grupos guerrilheiros e a mobilização indígena, aliados aos teólogos da libertação, que desenvolveram uma política de resistência ao Estado e ao capital. Neste contexto, em 1994, eclodiu o levante zapatista.

O levante Zapatista

O Exército Zapatista de Libertação Nacional liderou um levante que eclodiu em primeiro de janeiro de 1994 na região da Selva Lacandona, em Chiapas, no México, no mesmo dia em que entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Influenciados pelos movimentos guerrilheiros da América Latina, sobretudo a guerrilha cubana e o zapatismo da Revolução Mexicana, os zapatistas, na maior parte indígenas, tendo como principal mensageiro o Subcomandante Marcos³, tomaram o poder de algumas cidades chiapanecas, entrando em conflito direto com o exército mexicano.

Em seus comunicados disseminados pelos meios de comunicação (sobretudo através da *Internet* e das frequências de rádio insurgentes), o EZLN afirmava que tinha como objetivo tomar o poder no México e destituir o governo vigente, considerado por eles ilegítimo e corrupto. As principais reivindicações deste movimento estavam relacionadas a melhorias nas condições de vida dos mexicanos socialmente marginalizados (EZLN, 1994), principalmente da parcela indígena mexicana⁴; ao mesmo tempo em que exigia o fim da hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (que se encontrava no poder presidencial desde 1929) e das políticas econômicas neoliberais adotadas pelo México desde a década de 1980, que culminaram no NAFTA.

Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, divulgada em 1994, os insurgentes afirmaram que a marginalização socioeconômica das comunidades indígenas mexicanas era histórica, fruto da hegemonia política do PRI e da exploração econômica

³ Existem muitas dúvidas sobre a verdadeira identidade do Subcomandante Marcos. Segundo Alexander M. Hilsenbeck (2008), uma das versões mais aceitas é a de que seu nome verdadeiro é Rafael Guillén Vicente, nascido em Tampico no ano de 1957, membro de uma católica família de empresários do setor imobiliário e ex-estudante de Filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México.

⁴ Embora Enrique Krauze afirme que as comunidades indígenas não se encontravam na agenda zapatista ao menos no início do levante, é necessário reconhecer que a defesa desses povos, sobretudo os indígenas residentes em Chiapas, constituíram-se enquanto ponto central das demandas da organização.

desencadeada pelos países ricos, tendo suas origens na conquista espanhola ocorrida no século XVI:

[...] somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores da nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e chamamos todos nossos irmãos que se juntem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma panelinha de traidores que representam os grupos mais conservadores e “vende-pátrias” [...]

Os ditadores estão aplicando uma guerra genocida não declarada contra nossos povos desde muitos anos, por isso pedimos sua participação decidida, apoiando este plano do povo mexicano que luta por *trabalho, terra, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz*. (EZLN, 1994, tradução nossa, grifos do autor)⁵.

Ao mesmo tempo, os insurgentes zapatistas consideravam-se porta-vozes de todas as parcelas marginalizadas do México. Embora destacassem as demandas indígenas, buscavam apoio popular, almejando alcançar legitimidade em meio à sociedade civil mexicana. Na Segunda Declaração da Selva Lacandona, em 1994, os insurgentes chamaram

[...] todos os nossos irmãos indígenas mexicanos que resistam conosco. Chamamos os camponeses, os trabalhadores, os empregados, os colonos, as donas de casa, os estudantes, os professores, os que fazem do pensamento e da palavra sua vida. Todos os que possuem dignidade e orgulho, chamamos a todos, que conosco resistam, pois deseja o mau governo que não haja democracia em nossas terras. (EZLN, 1994, tradução nossa)⁶.

Ainda na Primeira Declaração da Selva Lacandona, os insurgentes do EZLN afirmaram o anseio por destituir o governo vigente, então encabeçado pelo PRI, considerado ilegítimo e corrupto. A partir disto, o poder seria entregue à sociedade civil, cabendo ao Exército Zapatista de Libertação Nacional somente auxiliar no processo. Assim, os rebeldes destacaram uma lista de ações revolucionárias a serem realizadas durante o levante:

5 [No original: “[...] somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias [...] Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*.”] (EZLN, 1994)

6 [No original: “[...] llamamos a todos nuestros hermanos indígenas mexicanos a que resistan con nosotros. Llamamos a los campesinos todos a que resistan con nosotros, a los obreros, a los empleados, a los colonos, a las amas de casa, a los estudiantes, a los maestros, a los que hacen del pensamiento y la palabra su vida. A todos los que dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos.”] (EZLN, 1994).

[...] primeiro: avançar até a capital do país vencendo o exército mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas. Segundo: respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional para os atendimentos médicos. Terceiro: iniciar os julgamentos sumários contra o exército federal mexicano e a polícia política [...]. Quarto: formar novas fileiras com todos aqueles mexicanos que queiram somar-se à nossa luta justa, incluindo aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem sem combater às nossas forças e jurem responder às ordens deste Comando Geral do EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Quinto: pedir rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de encerrar os combates. Sexto: suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN (EZLN, 1994, tradução nossa)⁷.

No entanto, se no início do levante o EZLN desejava destituir do poder os governantes considerados corruptos e ilegítimos, após alguns anos de conflitos os insurgentes transformaram suas táticas. Buscavam, pressionando os agentes políticos mexicanos, conseguir melhorias sociais para os grupos marginalizados do país, principalmente para a parcela indígena. Neste sentido, de acordo com o geógrafo Fábio Márcio Alkmin, “[...] a questão que se colocava já não era a tomada de poder do Estado, em um sentido leninista, mas sim a diluição deste poder, isto é, o empoderamento das próprias comunidades indígenas frente ao Estado.” (ALKMIN, 2015, p. 126).

Aos violentos conflitos em Chiapas, a sociedade civil respondeu, em 12 de janeiro de 1994, com a “Marcha pela Paz” até a Praça da Constituição, na Cidade do México, em prol do cessar fogo na região. Sobre este aspecto, é preciso compreender que no contexto sociopolítico da década de 1990, após a derrocada da URSS e o fim da Guerra Fria, a luta armada não era mais vista com bons olhos por grande parte da sociedade civil. Nesse sentido, embora as demandas do EZLN fossem consideradas importantes, a violência não encontrava grande legitimidade social.

Assim sendo, uma vez superada a experiência da esquerda radical de meados do século XX e constatado o grande número de mortes resultantes desta, a maior parte da sociedade civil na década de 1990 buscava soluções democráticas e pacíficas para as demandas sociopolíticas da contemporaneidade. Neste sentido, os zapatistas precisaram se adequar aos novos tempos, uma vez que a esquerda se encontrava desacreditada devido à derrocada da URSS e aos resultados sangrentos das guerrilhas na América

7 [No original: “Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas. Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica. Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política [...] Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates. Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.”]. (EZLN, 1994).

Latina nas décadas anteriores. Para o historiador Luis Fernando Ayerbe, “[...] efetivamente, no lado da esquerda, verifica-se um refluxo das estratégias que descartam a via institucional, predominando nitidamente a valorização da democracia representativa como principal marco regulador da diversidade política e ideológica.” (AYERBE, 2004, p. 114).

Os meios de comunicação tornaram-se, então, uma arma estratégica para a continuidade da luta do movimento. Sobretudo o *site* da organização e as frequências de rádio insurgentes atuaram numa via de mão dupla: proporcionaram uma maior disseminação das mensagens do Exército Zapatista de Libertação Nacional, ao mesmo tempo em que permitiram que diversos atores sociais acompanhassem a evolução dos conflitos na Selva Lacandona, as ações de resistência e as perspectivas sociopolíticas construídas pelo EZLN. Neste sentido, os rebeldes afirmaram que os ataques governamentais não obtiveram êxito porque “[...] resistimos bem e muita gente se mobilizou. E então os maus governos pensaram que muita gente está vendo o que acontece com o EZLN.” (EZLN, 2005, tradução nossa)⁸. De acordo com o sociólogo Manuel Castells,

[...] desprovidos de um meio de comunicação capaz de fazê-los atingir as populações urbanas do México e de todo o mundo em tempo real, os zapatistas provavelmente estariam fadados à condição de guerrilha isolada e local, a exemplo de várias ainda travando lutas na América Latina. (CASTELLS, 2008, p. 134).

Antônio Carlos Amador Gil constata que “[...] a histórica marcha de janeiro de 1994 demonstrou aos revolucionários que a sociedade civil era uma aliada, mas se recusava a se comprometer com a via insurrecional.” (GIL, 2011, p. 42). Na Segunda Declaração da Selva Lacandona, os rebeldes afirmaram que “[...] só durou 12 dias este pesadelo [os conflitos armados], pois outra força superior a qualquer poder político ou militar se impôs às partes em conflito. A Sociedade Civil, assumiu o dever de preservar a nossa pátria, manifestou seu desacordo com o massacre e obrigou as partes a dialogarem.” (EZLN, 1994, tradução nossa)⁹.

No entanto, os conflitos não findaram por completo, uma vez que grupos paramilitares, supostamente ligados ao governo mexicano, protagonizaram ataques às

8 [No original: “[...] resistimos bien y mucha gente en todo el mundo se movilizó. Y entonces los malos gobiernos se pensaron que el problema es que mucha gente está viendo lo que pasa con el EZLN.”]. (EZLN, 2005).

9 [No original: “[...] sólo duró 12 días esta pesadilla, pues otra fuerza superior a cualquier poder político o militar se impuso a las partes en conflicto. La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar.”]. (EZLN, 1994).

comunidades indígenas ligadas aos zapatistas – tal como o Massacre de Acteal¹⁰ –, e tendo em vista o fato de que o EZLN, embora tenha se afastado da luta armada, nunca abandonou suas origens guerrilheiras. Segundo Alexander M. Hilsenbeck, “[...] em nenhum momento o EZLN realmente abandonou suas armas – nem o nome de Exército –, sendo elas de fundamental importância para a resistência do movimento, pois, como ressaltamos, vive-se em Chiapas uma situação de ‘paz armada’, ou ‘guerra de baixa intensidade’.” (HILSENBECK, 2009). Sobre este aspecto, Cassio Brancaleone afirma que “[...] a GBI [Guerra de Baixa Intensidade] é a guerra dilatada, lenta e progressiva, que busca desencadear fundamentalmente o terror psicológico nas populações civis para afastar possíveis simpatizantes e aumentar o ‘custo social’ das autonomias indígenas.” (BRANCALEONE, 2015, p. 279).

Diante dos fracassos dos acordos com o governo mexicano, os líderes do Exército Zapatista de Libertação Nacional começaram a se afastar do cenário político institucional do México e a exercer uma estratégia de organização democrática própria, por meio dos municípios autônomos. O fortalecimento desses municípios demonstra o intuito dos insurgentes em construir organizações democráticas locais, juntamente às comunidades indígenas da Selva Lacandona, de forma independente da política institucional mexicana.

A construção da autonomia indígena Zapatista

Cassio Brancaleone afirma que o desenvolvimento da autonomia das comunidades indígenas da Selva Lacandona fundamentou-se, a princípio, nas chamadas leis revolucionárias criadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional ainda em janeiro de 1994. Entre outros pontos: decidiam a existência de eleições livres para representantes da sociedade civil, buscando a construção de uma democracia legítima que se contrapusesse à política institucional mexicana considerada corrupta e viciada; determinavam que os impostos de guerra seriam facultativos aos trabalhadores e aos desprovidos de bens materiais, ao mesmo tempo em que eram obrigatórios aos

10 O Massacre de Acteal tornou-se emblemático no que diz respeito às ofensivas governamentais contra os insurgentes do EZLN. De acordo com Antônio Carlos Amador Gil, “[...] no dia 22 de dezembro de 1997, um grupo paramilitar invadiu Acteal e iniciou uma matança contra os membros da Sociedade Civil Las Abejas e simpatizante do EZLN. Quarenta e cinco membros desta sociedade foram mortos barbaramente enquanto rezavam numa igreja, mulheres e crianças em sua maioria [...]. Las Abejas é uma sociedade católica que luta pela paz pregando a libertação através da erradicação da opressão e dominação e a reconciliação através da restauração da dignidade rejeitando, porém, a violência, a vingança e o ódio [...]. Vicente Ruiz, um dos membros de Las Abejas entrevistado pela antropóloga Christine Kovic, explica que a proposta de Las Abejas é a mesma do EZLN, mas com caminhos diferentes.” (GIL, 2011, p. 51-52).

exploradores da força de trabalho; estabeleciam direitos iguais sem distinções étnicas, políticas ou religiosas; afirmavam que o EZLN deveria respeitar as ações do governo revolucionário; expropriavam terras improdutivas com mais de 100 hectares ou produtivas com mais de 50 hectares, destinando parte destas às famílias dos rebeldes mortos em conflito com o exército mexicano.

Em agosto de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional fundou o primeiro *Aguascalientes* em localidade próxima ao povoado de Guadalupe Tepeyac. Segundo Cassio Brancaleone, os *Aguascalientes* eram espaços construídos pelos insurgentes com a finalidade de estabelecer contatos com a sociedade civil, buscando apoio à luta travada contra o Estado - uma das estratégias centrais adotadas pelos zapatistas. Desse modo,

[...] utilizaram a inauguração do mesmo para sediar a realização da Convenção Nacional Democrática, na qual o EZLN almejava consolidar seus contatos com outras organizações sociais do campo da esquerda nacional e apoiadores internacionais. Foi também uma oportunidade para o EZLN se aproximar dos setores mais progressistas do Partido da Revolução Democrática (PRD), especialmente aqueles ligados ao então candidato à presidência Cuauhtémoc Cárdenas (filho do ex-presidente Cárdenas). (BRANCALEONE, 2015, p. 275).

A partir de dezembro de 1994, os insurgentes zapatistas começaram a organizar as cidades chiapanecas conquistadas durante o levante, de modo com que estas se tornassem autônomas em relação ao Estado. Assim, é possível perceber que a luta armada foi deixada em segundo plano pelos rebeldes, ao mesmo tempo em que se fomentou o desenvolvimento da autonomia de algumas comunidades indígenas localizadas na Selva Lacandona. Antônio Carlos Amador Gil constata que

[...] ao se afastarem do objetivo da conquista do poder através da luta armada, os zapatistas privilegiam a construção de uma verdadeira democracia que possa dar conta de exigências éticas e as afirmações de identidade e que também leve em conta a construção de um poder comunitário condizente com a trajetória de história de vida das comunidades indígenas. Eles procuram as vias de invenção de uma democracia aberta aos atores sociais. (GIL, 2011, p. 33).

Em 8 de dezembro de 1994, teve início a Campanha pela Paz, Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas e, segundo Raúl Ornelas, “[...] protegidos pelas tropas zapatistas, os povoadores de cada localidade declaram a existência de trinta novos municípios autônomos que agrupam as zonas de influência do EZLN.” (ORNELAS, 2005, p. 131). Nesse sentido, muitas cidades chiapanecas tiveram seus limites territoriais modificados, tendo em vista que a lógica de organização territorial indígena e insurgente, baseada em afinidades étnicas e históricas, diferia-se da forma organizacional implementada pelo Estado.

Para o autor, “[...] essas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio.” (ORNELAS, 2005, p. 134). Júlia Cruz afirma que as novas divisões municipais desafiavam as perspectivas territoriais e políticas adotadas pelas autoridades governamentais, pois, para os zapatistas, aquelas deveriam refletir a afinidade étnica entre os habitantes, possibilitando aos insurgentes e às comunidades indígenas realizarem “[...] um intenso reordenamento territorial e uma reapropriação do espaço público, de acordo com suas próprias necessidades e vontades.” (CRUZ, 2017, p. 183).

Isto, segundo a análise de Fábio Márcio Alkmin (2015), possibilitou “[...] o fortalecimento de uma identidade territorial, contribuindo portanto a um sentimento de pertencimento ao município autônomo em questão (sem orientações separatistas, fique claro).” (ALKMIN, 2015, p. 136). Entre os municípios autônomos, destacam-se “Libertad de los Povos Mayas” e “Ernesto Che Guevara” (divisões do município de Ocosingo), “San Pedro de Michoacán” (antigo município de Las Margaritas), “Tierra y Libertad” (junção dos municípios de Las Margaritas, Independencia e Trinitaria) e “17 de Noviembre” (junção dos municípios de Altamirano e Chalan).

Ernesto Zedillo, candidato à presidência pelo Partido Revolucionário Institucional, venceu a corrida eleitoral de 1995. Em fevereiro deste mesmo ano, Zedillo ordenou uma ofensiva contra o EZLN, que aniquilou o *Aguascalientes* de Guadalupe Tepeyac e tentou prender alguns porta-vozes insurgentes. Diante da insatisfação pública em relação aos ataques do governo mexicano, aprovou-se em março a “Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas”, que conferiu legalidade ao Exército Zapatista de Libertação Nacional e propiciou a ocorrência de outra tentativa de negociações entre rebeldes e Estado, o “Diálogos de San Andrés” que aconteceu entre outubro de 1995 e janeiro de 1996 na cidade de San Andrés Larráinzar. Segundo Carlos Durand Alcántara, Miguel Sámano e Gerardo González, os Acordos de San Andrés, firmados em 1996 e mediados pela Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA)¹¹ foram importantes para que as demandas zapatistas alcançassem repercussão nacional. Neste sentido, teoricamente, o governo mexicano afirmava a legitimidade das reivindicações das comunidades indígenas por autonomia.

No entanto, as negociações entre rebeldes e Estado mostraram-se infrutíferas, tendo em vista que o governo mexicano descumpriu grande parte dos acordos

¹¹Resultante da Lei para o Diálogo e a Reconciliação em Chiapas (1995), a Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA) foi criada pelo governo mexicano para mediar os conflitos com os insurgentes em Chiapas.

estabelecidos com o EZLN em San Andrés. Deste modo, os zapatistas aprofundaram seu afastamento em relação à política institucional mexicana e procuraram fortalecer as organizações democráticas dentro das comunidades autônomas zapatistas. Na Terceira Declaração da Selva Lacandona, divulgada em 1995, anterior aos Acordos de San Andrés, os insurgentes já contestavam a legitimidade das eleições que haviam levado Ernesto Zedillo ao poder, ao mesmo tempo em que reafirmavam a descrença, por parte do EZLN, em relação à democracia mexicana e às tentativas de diálogo com o Estado:

[...] o processo pré-eleitoral de agosto de 1994 trouxe a esperança, em amplos setores do país, de que o trânsito para a democracia seria possível pela via eleitoral [...]. O EZLN empenhou sua palavra e seu esforço, então na busca da mudança pacífica para a democracia [...] Um processo eleitoral viciado, imoral, desigual e ilegítimo culminou numa nova zombaria à boa vontade dos cidadãos. O sistema de partido de Estado reafirmou sua vocação antidemocrática e impôs, em todas as partes e a todos os níveis, sua vontade soberba. Frente a uma votação sem precedentes, o sistema político mexicano optou pela imposição e cortou, assim, as esperanças na via eleitoral. Relatório da Convenção Nacional Democrática, Aliança Civil e à Comissão Nacional da Verdade trouxeram à luz o que ocultavam, com vergonhosa cumplicidade, os grandes meios de comunicação: uma fraude gigantesca. A grande quantidade de irregularidades, a desigualdade, a corrupção, a chantagem, a intimidação, o roubo e a falsificação, foram os marcos em que se deram as eleições mais sujas da história do México [...] O processo eleitoral de agosto de 1994 é um crime de Estado. (EZLN, 1995, tradução nossa)¹².

É importante, assim, compreender a ligação entre o fortalecimento dos municípios autônomos e a perda de legitimidade que as instituições democráticas mexicanas sofriam, sobretudo os partidos políticos. Em 2003, o Exército Zapatista de Libertação Nacional deu fim aos espaços conhecidos como *Aguascalientes* e fez surgir os *Caracoles*, importantes para a consolidação da experiência democrática insurgente e que, segundo Cassio Brancaleone, foi “[...] um marco importante no processo de construção da autonomia indígena zapatista pelas *vias de fato*.” (BRANCALEONE, 2015, p. 282). Para o autor, esta nova organização dos territórios autônomos zapatistas

[...] além de acentuar as funções dos MAREZ [municípios autônomos rebeldes] na condução da administração da justiça, da saúde comunitária, da educação, da

12 [No original: “[...] el proceso preelectoral de agosto de 1994 trajo la esperanza, en amplios sectores del país, de que el tránsito a la democracia era posible por la vía electoral [...] Un proceso electoral viciado, inmoral, inequitativo e ilegítimo culminó en una nueva burla a la buena voluntad de los ciudadanos. El sistema de partido de Estado reafirmó su vocación antidemocrática e impuso, en todas partes y a todos los niveles, su voluntad soberbia. Frente a una votación sin precedentes, el sistema político mexicano optó por la imposición y cortó, así, las esperanzas en la vía electoral. Informes de la Convención Nacional Democrática, Alianza Cívica y la Comisión de la Verdad sacaron a la luz lo que ocultaban, con vergonzosa complicidad, los grandes medios de comunicación: un fraude gigantesco. La multitud de irregularidades, la inequidad, la corrupción, el chantaje, la intimidación, el hurto y la falsificación, fueron el marco en el que se dieron las elecciones más sucias de la historia de México [...] El proceso electoral de agosto de 1994 es un crimen de Estado.]. (EZLN, 1995).

habitação, da terra, do trabalho, da informação e da cultura, da produção, do comércio e do trânsito local, possibilitou a edificação de uma instância de articulação regional. (BRANCALEONE, 2015, p. 283).

Diferente dos *Aguascalientes*, que se constituíam apenas enquanto espaços de diálogo entre as comunidades indígenas e outras parcelas sociais do México e do mundo, os *Caracoles* buscavam estabelecer as relações entre as instâncias civis e militares dos municípios autônomos, bem como definiam as Juntas de Bom Governo (grupos de membros eleitos democraticamente nas comunidades zapatistas para administrá-las) enquanto protagonistas no exercício da democracia. Ademais, os *Caracoles* constituíam-se enquanto regiões administrativas formadas por agrupamentos de municípios autônomos, importantes para a gestão das comunidades e para que estas pudessem comunicar-se entre si. Neste sentido, os rebeldes reafirmavam a ideologia adotada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional: para que a democracia fosse de fato legítima, a sociedade civil deveria ser a principal personagem do cenário político, e não os governantes, constituindo o que os insurgentes chamaram de “mandar obedecendo”. Segundo os insurgentes:

[...] o Caracol significa um meio de comunicação para comunicar a nossas bases de apoio, mas também para comunicar-nos com todas as organizações de diferentes estados do país sobre todos os indígenas do México e também serve para comunicar-nos com todas as organizações de diferentes países do mundo. Este centro é uma coisa muito importante dentro dessa luta zapatista [...] Porque este centro, esse **Caracol**, é um centro de encontro político, social e cultural com todas as pessoas e com todas as organizações que desejam visitar, que desejam compartilhar experiências. (EZLN, entrevista, 2004, tradução nossa)¹³.

Sobre a instituição dos *Caracoles* e das Juntas de Bom Governo, o EZLN relatou na Sexta Declaração da Selva Lacandona, em 2005:

[...] começamos então a implantar os municípios autônomos rebeldes zapatistas, que é como se organizaram os povoados para governar e governar-se, para tornarem-se mais fortes [...] Ou seja, não que venha alguém de fora governar, mas que os próprios povoados decidam, entre eles, quem e como governar, se este não obedece então o tiram [...]

13 [No original: “[...] el Caracol significa un medio de comunicación para comunicarse con nuestras bases de apoyo, pero también para comunicarse con todas las organizaciones de diferentes estados del país sobre todos los pueblos indígenas de México y también sirve para comunicarse con todas las organizaciones de diferentes países del mundo. Este centro es algo muy importante dentro de esta lucha zapatista [...] Porque este centro, este Caracol, es un centro de encuentro político, social y cultural con todas las personas y con todas las organizaciones que deseen compartir experiencias.”] (EZLN, entrevista, 2004).

Foi assim que, em agosto de 2003 nasceram as Juntas do Bom Governo, e com elas se continuou a aprendizagem do ‘mandar obedecendo’. (EZLN, 2005, tradução nossa)¹⁴.

A autogestão dos municípios autônomos diferia do modo como estes foram administrados pelo governo mexicano anteriormente. Raul Ornelas constata que, buscando retomar as formas comunitárias tradicionais de vida em sociedade, “[...] especialmente as reuniões de toda a comunidade, os Municípios Autônomos têm nas comunidades (casarios, povoados) suas unidades básicas, que se agrupam em conselhos de representantes até alcançar a escala municipal.” (ORNELAS, 2005, p. 134). Além disso, os cargos administrativos municipais poderiam ser ocupados por todos os indivíduos, gradativamente, de maneira rotativa, sem que estes tivessem direito à remuneração. O autor explica como funcionam as instituições democráticas no interior dos municípios autônomos:

[...] com base nas reuniões da comunidade, instâncias fortemente marcadas pelo que na teoria política se conhece como democracia direta, é erigido um sistema de representações que viabiliza as tarefas coletivas. O pertencimento a um Município Autônomo é competência exclusiva da reunião de cada comunidade. A instância seguinte é o Conselho Municipal, formado pelos representantes de cada comunidade que faz parte do município. Estes representantes participam em alguma das ‘comissões’ ou ‘comitês encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns. Além destas instâncias, o conselho conta com: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, encarregados pela coordenação do conselho. (ORNELAS, 2005, p. 136).

Cassio Brancaleone afirma que as comunidades sedes dos municípios autônomos possuíam infraestrutura para abrigar os Conselhos responsáveis pela administração municipal. Os MAREZ eram compostos de comissões, tais como a de educação, saúde, justiça, responsáveis por solucionar as demandas dos munícipes em suas respectivas áreas de atuação.

De acordo com o cientista social, os educadores e agentes de saúde atuantes nos territórios zapatistas eram provenientes de famílias camponesas indígenas e não recebiam remuneração, sendo sustentados pelas comunidades nas quais trabalhavam. No entanto, segundo o autor, os profissionais da saúde ainda não se encontravam presentes na maior parte das comunidades zapatistas, pelo contrário, a maioria dos médicos e dos

14[No original: “[...] empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autónomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para gobernar y gobernarse, para hacerlos más flertes [...] O sea que no es que viene alguien de afuera a gobernar, sino que los mismos pueblos deciden, de entre ellos, quién y cómo gobierna, y si no obedece pues lo quitan [...] Así fue como se nacieron las Juntas de Buen Gobierno, en agosto de 2003, y con ellas se continuó con el autoaprendizaje y ejercicio del ‘mandar obedeciendo’.”] (EZLN, 2005).

postos de saúde existentes localizavam-se, sobretudo, nas sedes dos *Caracoles*. Ademais, “[...] a infraestrutura das clínicas também é bem precária e a não existência de serviços de eletricidade em muitas comunidades dificulta a instalação de equipamentos, particularmente aqueles destinados a conservar vacinas e outros medicamentos de trato delicado.” (BRANCALEONE, 2015, p. 310).

Por outro lado, o sistema educacional primário dos municípios autônomos era mais desenvolvido do que o oferecido pelo Estado. Segundo Brancaleone, “[...] a educação autônoma encontra-se mais disseminada no primeiro nível, baseado na alfabetização bilíngue e no domínio de operações matemáticas elementares. Todos as comunidades que conheci possuíam seus *promotores* de educação.” (BRANCALEONE, 2015, p. 311). Compreende-se, desse modo, a importância de existir um processo de ensino-aprendizagem que valorize as tradições das comunidades indígenas zapatistas e que auxilie na construção do conhecimento a partir dos contextos sociais e econômicos locais, potencializando a experiência de autonomia zapatista a partir do momento em que permite ao educando atuar para melhorar a vida da comunidade na qual está inserido. Cassio Brancaleone constata que, para os insurgentes, ao contrário da “má educação” fornecida pelo governo,

[...] os zapatistas se esforçam por colocar em prática não apenas uma “pedagogia da libertação”, fulcrada em seus princípios éticos e políticos, mas também uma pedagogia e uma educação que respondam às necessidades de reprodução da vida comunitária e indígena.

Os estudantes formados nas CCETAZ [Centros Culturais de Educação Tecnológica Autônoma Zapatista], portanto, devem ser capazes de dar continuidade e aprimorar a experiência de autogoverno zapatista, atuando também como promotores, assessores, gestores, administradores, organizadores de grupos culturais, de coletivos para produção e comercialização, etc., ou seja, ampliando as capacidades e possibilidades de auto-organização das comunidades. (BRANCALEONE, 2015, p. 313).

É possível perceber as influências da Revolução Mexicana sobre os insurgentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Antônio Carlos Amador Gil constata que os membros do EZLN acreditavam dar continuidade ao projeto sociopolítico inacabado do revolucionário Emiliano Zapata. Neste sentido, os comunicados mencionaram, de maneira sistemática, a Revolução Mexicana, alguns de seus personagens revolucionários e as heranças deixadas por estes à posteridade, relacionando as lutas passadas às demandas da atualidade por justiça social. É importante lembrar que o próprio termo “zapatista” é uma referência a Emiliano Zapata, um dos principais líderes da Revolução Mexicana do início do século XX, e aos seus aliados, na maior parte camponeses indígenas e mestiços habitantes da região do Sul do México.

Grande parte das raízes ideológicas do Exército Zapatista de Libertação Nacional se encontra no projeto sociopolítico desenvolvido pelo revolucionário Emiliano Zapata no início do século XX. O problema agrário constituiu-se, desta forma, em um dos eixos centrais para os zapatistas da Revolução Mexicana¹⁵ e para o EZLN, bem como a marginalização sociopolítica enfrentada pela população camponesa e indígena do sul do México e a construção de um país cujos governantes se atentassem para as minorias sociais. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, em 1994, os insurgentes afirmaram que

[...] somos produto de 500 anos de lutas, primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha, encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar ser absorvidos pelo expansionismo norte-americano; a seguir por promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês do nosso solo; depois a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis da Reforma e o povo se rebelou, formando seus próprios líderes, seguindo Villa e Zapata, homens pobres como nós, a quem foi negada uma preparação básica para utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar-lhes que estejamos morrendo de fome e enfermidades curáveis, sem importar-lhes que não tenhamos nada, absolutamente nada, nenhum teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos. (EZLN, 1994, tradução nossa)¹⁶.

Embora tanto os zapatistas liderados por Emiliano Zapata quanto os insurgentes pertencentes ao EZLN tenham elaborado propostas de cunho sociopolítico a serem colocadas em prática em âmbito nacional (reforma agrária, melhorias nas condições socioeconômicas dos camponeses e indígenas mexicanos etc.), também desenvolveram projetos autonômicos construídos em esfera regional. Segundo a historiadora Júlia Melo

15 Os zapatistas elaboraram, em 1911, o Plano de Ayala. Além de não reconhecer o então presidente Francisco Madero como líder do processo revolucionário e chefe de governo no México, “[...] era o programa por excelência da revolta camponesa e da luta agrária no México. Estipulava que aldeias e cidadãos que tivessem sido despojados de terras, montes e água recuperariam imediatamente a propriedade desses bens, ‘mantendo a qualquer custo e de armas na mão, sua posse’. Definia como obrigação dos usurpadores – e não dos camponeses ocupantes – a necessidade de demonstrar, perante os tribunais, seus direitos de propriedade. Um terço das terras, montes e água seriam expropriados, já que na ocasião estavam sendo usados somente por proprietários ociosos que monopolizavam a terra, e se nacionalizaria a totalidade de bens ‘latifundiários, científicos ou *caciques*’ que se opusessem ao Plano de Ayala.” (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 44).

16 [No original: “somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.”]. (EZLN, 1994).

Azevedo Cruz, retomando as afirmações de John Womack, em 1916, os zapatistas da Revolução Mexicana decretaram a Lei Geral sobre Liberdades Municipais, rompendo com o controle federal e estadual sobre os municípios do Estado de Morelos, determinando a formação de assembleias populares e defendendo que “[...] as questões municipais mais importantes deveriam ser submetidas ao controle dos cidadãos e declarou que só os cidadãos residentes na comunidade podiam votar ou deter cargos públicos.” (CRUZ, 2017, p. 53). Tal estratégia autônoma influenciou a formação e consolidação dos municípios autônomos zapatistas em Chiapas em meados da década de 1990, como já foi visto.

As lutas do zapatismo atuante durante a Revolução Mexicana e do Exército Zapatista de Libertação Nacional alcançaram importantes conquistas sociopolíticas em seus respectivos períodos de existência, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos camponeses indígenas mexicanos. As ações do EZLN fomentaram o debate em âmbito nacional acerca da reforma agrária, da autonomia indígena e contra a extinção dos *ejidos* após as tentativas de diálogos com o governo federal e, principalmente, depois da instituição e consolidação dos municípios autônomos em Chiapas. Por sua vez, Emiliano Zapata e seus aliados, apesar das divergências em relação às perspectivas sociopolíticas existentes entre outros atores da Revolução Mexicana, conseguiram que as demandas campesinas fossem incorporadas à Constituição Mexicana de 1917, na qual se estabeleceu a legitimidade das terras comunais indígenas.

Reflexões sobre a experiência autônoma Zapatista

São diversas as análises existentes acerca da experiência política insurgente zapatista e suas possíveis implicações sobre o futuro do EZLN e das comunidades indígenas autônomas. Para Enrique Krauze, a não inserção do EZLN na política institucional do México seria uma das grandes limitações do movimento. Segundo o autor, o Subcomandante Marcos, um dos líderes zapatistas, seria capaz de se transformar em um importante personagem político da esquerda mexicana. Assim, “[...] nesse papel teria condições de pressionar por uma política econômica que se dirigisse aos pobres, e, sobretudo aos mais pobres, os índios do México.” (KRAUZE, 2011, p. 521).

Ademais, Krauze afirma que, quando o Subcomandante Marcos se recusou a apoiar o candidato do PRD Andrés Manuel López Obrador, grande parte da esquerda se afastou do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Assim, os zapatistas teriam percebido que a sociedade civil, “[...] nos primeiros anos do novo século, estava se cansando deles. E como a democracia no México continuou seu processo de

consolidação, o movimento tornou-se cada vez mais isolado.” (KRAUZE, 2011, p. 522). Neste sentido, de acordo com o historiador, tal posicionamento adotado pelos insurgentes em relação ao sistema político mexicano faria com que o movimento se dissipasse ou até mesmo desaparecesse.

Geoffrey Pleyers segue esta mesma linha de raciocínio e reafirma as limitações de movimentos sociais que refutam a participação no cenário político institucional, constatando que “[...] a multiplicação de espaços modestos nos quais se desenvolvem práticas alternativas não conduz necessariamente a uma transformação global na sociedade.” (PLEYERS, 2010, p. 387). O autor afirma que tal perspectiva poderia permitir que outras instituições e personagens políticas conquistassem mais espaço na sociedade, em detrimento dos movimentos sociais. Ainda de acordo com Pleyers,

[...] essa cultura antipolítica corre o risco de minar os processos democráticos ou de favorecer a eleição de candidatos mais adversos aos movimentos sociais, quando os ativistas não expressam seu voto. Também pode convergir paradoxalmente com a ideologia neoliberal em seu antiestatismo. (PLEYERS, 2010, p. 387).

María Fernanda Somuano acredita ser importante a aproximação de movimentos sociais (como o movimento zapatista) do cenário político institucional. Para a autora, “[...] as vantagens de se aproximar da política institucionalizada via partidos políticos podem pensar-se em termos do aumento de suas possibilidades reais de ascender ao poder.” (SOMUANO, 2010, p. 261). Dessa forma, as demandas das organizações sociais poderiam ser solucionadas. No entanto, Somuano afirma que a inserção dessas organizações no meio partidário poderia fazer com que estas abrissem mão de suas demandas particulares em prol dos interesses do partido. Ao contrário, “[...] a independência dos movimentos e suas organizações centra a atenção de seus membros nas demandas específicas daquele, enfatizando sua importância.” (SOMUANO, 2010, p. 270).

Por outro lado, Willibald Sonnleitner, afirma a descrença existente por parte dos rebeldes zapatistas, sobre a política institucional mexicana. Neste sentido, “[...] a partir de 1995, os rebeldes se retiraram do jogo eleitoral e promoveram o abstencionismo entre suas bases, boicotando ativamente o processo eleitoral de 1997 e debilitando a frágil oposição partidária local.” (SONNLEITNER, 2010, p. 384). O movimento zapatista afirma, deste modo, repudiar ações dos partidos políticos mexicanos, inclusive os à esquerda, uma vez que, segundo os insurgentes, estes não estariam de fato preocupados com as demandas sociais, mas apenas com a conquista do poder político. Assim, é possível compreender que, diante de um cenário político “viciado” e “fraudulento” (como descrito

pelo EZLN), a permanência de perspectivas políticas e econômicas consideradas prejudiciais, embora acompanhada de alternância no poder entre os partidos, é um motivo de frustração para os revoltosos. Na Segunda Declaração da Selva Lacandona, o Exército Zapatista de Libertação Nacional afirma que

[...] em suma, o cumprimento dos compromissos implica, necessariamente, a morte do sistema de partido de Estado. Por suicídio ou fuzilamento, a morte do atual sistema político mexicano é a condição necessária, embora insuficiente, do trânsito à democracia no nosso país. Chiapas não terá solução real se não se solucionar o México. (EZLN, 1994, tradução nossa)¹⁷.

Assim, considera-se fundamental perceber a experiência autônoma zapatista segundo a perspectiva analítica de Cassio Brancalone, que afirma que a democracia não deve ser percebida apenas no que tange à sua organização em nível estatal, nas organizações do Estado, na política institucional. Ao contrário, para o cientista social, as relações entre as instituições estatais e o capital são fortes, o que fomentaria a existência das disparidades socioeconômicas, principalmente no que diz respeito à distinção existente entre governantes e governados. Para o autor,

[...] a consolidação da forma-Estado como modelo de relações sociais que organiza e legitima as estruturas de hierarquias sociais vigentes nas modernas sociedades de classe converte, alimenta e se retroalimenta das desigualdades socioeconômicas reproduzidas e necessárias para a reprodução da forma-capital. (BRANCALEONE, 2015, p. 73).

Brancalone procura, deste modo, rediscutir o tema “democracia”, afirmando que esta não se encontra presente exclusivamente no cenário estatal. Buscando o que chamou de “leitura libertária da questão democrática moderna e contemporânea”, o cientista social afirmou que “[...] a democracia [...] pode ser localizada em distintas regiões da vida social, e a política, ou mais precisamente o Estado perde o monopólio de sua manifestação e significação.” (BRANCALEONE, 2015, p. 83). Neste sentido, é possível compreender que organizações políticas distintas das instituições estatais, tais como os municípios autônomos zapatistas, são legítimas e podem ser capazes de conferir às parcelas marginalizadas – neste caso, os grupos indígenas da Selva Lacandona – controle sobre suas instituições sociais e políticas.

Compreende-se, assim, que é fundamental ampliar o que se entende por democracia e participação política para entender o desenvolvimento de projetos

17 [No original: “[...] en suma: el cumplimiento de los compromisos implica, necesariamente, la muerte del sistema de partido de Estado. Por suicidio o por fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México.”] (EZLN, 1994).

autônômicos protagonizados por minorias sociais. Embora se considere que a política institucional e a democracia representativa sejam importantes para a consolidação das experiências democráticas, não podem ser encaradas como as únicas formas de se fazer política. Deste modo, é possível perceber que os municípios autônomos zapatistas, através de suas instituições que fomentam a participação popular direta, constituem-se enquanto meios legítimos para a construção de um sistema político verdadeiramente inclusivo, que busca sanar os problemas socioeconômicos vivenciados pelos grupos indígenas em Chiapas ao longo de séculos.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, é possível compreender que as estratégias de resistência adotadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional foram gradativamente construídas. Ao considerar que as instituições políticas mexicanas eram ilegítimas e corruptas, os insurgentes zapatistas aos poucos se afastaram do cenário político institucional, embora ainda buscassem dialogar com o governo a fim de terem sanadas suas demandas. A construção dos municípios autônomos zapatistas refletem esta postura política, uma vez que possibilitava a autogestão às comunidades indígenas. Neste sentido, refutavam as ações do Estado que, ao longo do século XX, negligenciaram as demandas socioculturais indígenas, o que teve como consequência a marginalização socioeconômica desta parcela da população.

Ademais, percebe-se que o engajamento político dos grupos indígenas em Chiapas teve como aliados a ação dos teólogos da libertação na região da Selva Lacandona e a mobilização de integrantes da Força de Libertação Nacional (FLN). Ao mesmo tempo, o EZLN recuperou e incorporou muitas perspectivas político-ideológicas do movimento zapatista atuante durante a Revolução Mexicana, que aconteceu nas primeiras décadas do século XX, sobretudo no que diz respeito à instituição de um governo local autônomo, ao anseio por uma reforma agrária e à construção de uma democracia inclusiva, que levasse em consideração demandas por melhorias nas condições de vida das parcelas marginalizadas do país.

Por fim, considera-se fundamental compreender que a resistência protagonizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional e pelos grupos indígenas chiapanecos não permaneceu restrita a âmbito local. Por meio da disseminação de comunicados e de outros documentos elaborados pelo EZLN através dos meios de comunicação, os insurgentes zapatistas conseguiram apoio de amplos setores da sociedade civil no México e em outras partes do mundo. Além disso, a partir das ações dos insurgentes

zapatistas, fomentou-se o aprofundamento das discussões, em nível nacional, acerca da implementação de uma efetiva reforma agrária, do direito à autonomia indígena e da construção de instituições políticas verdadeiramente democráticas.

Fontes

EZLN. Primera Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

EZLN. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

EZLN. Quinta Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 1998. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

EZLN. Sexta Declaración de la Selva Lacandona. *Enlace Zapatista*. 2005. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Referências

AGUILAR CAMÍN, Hector; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ALKMIN, Fábio Márcio. *Por uma Geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../2015_FabioMarcioAlkmin_VCorr.pdf. Acesso em: 28 jan. 2018.

ANDREO, Igor Luis. *Teologia da libertação e cultura política maia chiapaneca: o Congresso de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93316/000639743.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2018.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo. Ed. Unesp, 2004.

BRANCALEONE, Cassio. *Teoria social, democracia e autonomia*. Uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. v. 2.

CORTÉS, Fernando; OLIVEIRA, Orlandina de (orgs.). *Los Grandes Problemas de México. Desigualdad Social*. 1. ed. México, DF: El Colégio de México, 2010. Disponível em: <http://2010.colmex.mx/tomos2.html>. Acesso em: 28 jan. 2018. v. 16.

CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B9BH7P/1/disserta__o_final_impress_o.pdf. Acesso em: 28 jan. 2018.

EZLN. Entrevista à Junta do Bom Governo. *CMI Brasil (Centro de Mídia Independente)*. 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340703.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos Amador. *Espaço, representação e luta na América Latina*. 1. ed. Vitória: Aves de Água, 2011.

HILSENBECK FILHO, Alexander M. Subcomandante Insurgente Marcos. A postura genial- uma breve biografia do porta-voz e chefe militar do Exército Zapatista de Libertação Nacional. *Leituras da História*. 2008. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/1>>. Acesso em: 2 out. 2015.

HILSENBECK FILHO, Alexander M. Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. *Passa Palavra*. 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/04/2677>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INEGI. Indicadores Sociodemográficos de México (1930-2000). *Instituto Nacional de Estadística, Geografía y Informática*. México, 2001. Disponível em: http://www.facmed.unam.mx/deptos/salud/censenanza/plan2010/spyc/leccion_11/bibliografia_complementaria_11b.pdf. Acesso em: 28 jan. 2018.

JUSIDIMAN, Clara. Desigualdad y política social en Mexico. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 220, p. 190-206, mar./abr. 2009. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 23 mar. 2015.

KRAUZE, Enrique. Tratando de Entender. *Vuelta*, Cidade do México, n. 207, 18 fev. 1994. Editorial, p. J-M. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/hemeroteca/revista-vuelta/vuelta-n-207-febrero-1994>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

KRAUZE, Enrique. *Os Redentores*. Ideias e poder na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAURELL, Asa Cristina. A democracia no México: o primeiro será o último? *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 24, p. 217-254, set. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 30 out. 2016.

LUSTIG, Nora Claudia; SZÉKELY, Miguel. México: evolución económica, pobreza y desigualdad. Washington, D.C. 1997. Disponível em: http://www.alternativasycapacidades.orgs/sites/default/files/biblioteca_file/M%C3%A9xicoEvoluci%C3%B3n%20econ%C3%B3mica,%20pobreza%20y20desigualdad.pdf. Acesso em: 28 jan. 2018.

NAVARRETE LINARES, Federico. *Los pueblos indígenas de México*. México: CDI, 2008. Disponível em: http://www.cdi.gob.mx/dmdocuments/monografia_nacional_pueblos_indigenas_mexico.pdf. Acesso em: 6 abr. 2015.

NODA, Orion Siufi. *A restauração da economia Mexicana*. 2014. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/03/24/a-restauracao-da-economia-mexicana/>. Acesso em: 6 abr. 2015.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. *Resistência ao Neoliberalismo na América Latina: o movimento indígena e o caso do EZLN - Mexico*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomic a/78.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2015.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo de resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações do século XXI*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 119-167. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf. Acesso em: 17 jun. 2015.

PLEYERS, Geoffrey. El altermundismo en México. Actores, culturas políticas y prácticas contra el neoliberalismo. In: BIZBERG, Ilán; ZAPATA, Francisco (orgs.). *Los Grandes Problemas de México. Movimientos Sociales*. 1. ed. México, DF: El Colégio de México, 2010. p. 387-???. Disponível em: <http://2010.colmex.mx/tomos2.html>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SOMUANO, María Fernanda. Movimientos sociales y partidos políticos en México: una relación voluble y compleja. In: BIZBERG, Ilán; ZAPATA, Francisco (orgs.). *Los Grandes Problemas de México. Movimientos Sociales*. 1. ed. México, DF: El Colégio del México, 2010. p. 261-¿?. Disponível em: <http://2010.colmex.mx/tomos2.html>. Acesso em: 22 jun. 2015. v. 16.

SONNLEITNER, Willibald. La desigualdad territorial en el ejercicio del sufragio universal: fragmentación, diferenciación e individualización del voto en Chiapas. In: CORTÉS, Fernando; OLIVEIRA, Orlandina de (orgs.). *Los Grandes Problemas de México. Desigualdad Social*. 1. ed. México, DF: El Colégio de México, 2010. p. 384-¿?. Disponível em: <http://2010.colmex.mx/tomos2.html>. Acesso em: 23 jun. 2015.

VILALTA, Carlos. Evolución de las desigualdades sociales, 1960-2020. In: GARZA, Gustavo; SCHTEINGART, Martha (orgs.). *Los Grandes Problemas de México: desarrollo*

urbano y regional. México: El Colégio de México, 2010. Disponível em:
<<http://2010.colmex.mx/tomos2.html>>. Acesso em: 28 jan. 2018. v. 2.